PROJETO DE LEI Nº , DE 2010

(Da Sra. FLÁVIA MORAIS)

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para permitir a elevação do valor do benefício previdenciário do idoso que necessite da ajuda de terceiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo único:

“Art. 3º.....

.....
Parágrafo único. O benefício previdenciário de aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo será elevado em cinquenta por cento para o idoso que comprovadamente necessite da assistência de terceiros para o exercício de suas atividades diárias.”(NR)

Art. 2º O Poder Executivo consignará, no Orçamento Geral da União para o exercício financeiro seguinte ao da publicação desta proposição, dotação orçamentária suficiente para implementar o disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto do Idoso, em seu art. 3º, determina que “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Estabelece, ainda, que para que tais objetivos sejam alcançados, deverá o Poder Público dar preferência na formulação e na execução de políticas sociais específicas para os idosos e destinar, de forma privilegiada, recursos públicos para as áreas relacionadas com a sua proteção, conforme dispõem os incisos II e III do citado art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Sabe-se que o benefício no valor de um salário mínimo é insuficiente para atender a todas as necessidades vitais básicas dos idosos, situação que se agrava na hipótese de ser necessária a contratação de um cuidador para o idoso que dependa da ajuda de terceiros para o exercício de suas atividades diárias.

Dessa forma, e com o objetivo de assegurar uma vida digna aos idosos brasileiros, julgamos indispensável assegurar recursos públicos necessários para permitir a elevação em cinquenta por cento do valor do benefício previdenciário de aposentadoria ou pensão do idoso dependente.

Por todo o exposto, e tendo em vista a relevância social da matéria, contamos com o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação desta nossa Proposição.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputada FLÁVIA MORAIS